

Clipping

02 e 03/04/2008

STJ debate nesta quinta união civil entre homossexuais	2
Procura pelo Poder Judiciário tem aumentado.....	2
GREVE DOS CORREIOS	3
Funcionários dos Correios decidem sobre fim de greve nesta quinta.....	3
Proposta de acordo do governo será avaliada hoje	3
ECT: grevista aceita proposta do governo	4
Greve dos Correios continua em SP, mas termina no DF.....	5
Grevistas aceitam acordo para fim da paralisação na ECT.....	5
Greve nos Correios entra no 2º dia, com 70% de adesão	5
RS registra a maior adesão.....	6
Greve impede entrega de 1 milhão de cartas	6
Carteiros avaliam hoje proposta para voltar ao trabalho	7
Funcionários dos Correios param	8
Sindicato diz que Correios suspenderam Sedex 10, Sedex Hoje e Disque Coleta	8
CORREIOS EM RONDÔNIA E ACRE TAMBÉM ADEREM A GREVE.....	8
Funcionários dos Correios querem adicional de periculosidade definitivo	9
Onda de assaltos a carteiros altera entregas dos Correios no Pará	9
Greve dos trabalhadores dos Correios	10
Greve dos Correios ameaça entregas no RS	11
Servidores farão caminhada na Capital.....	12
Greve na ECT teve início à meia-noite.....	12
Funcionários dos Correios entram em greve	12
Funcionários dos Correios entram em greve 14 estados e no DF.....	13
MIRANTE	14
Previdência alerta para página falsa na internet.....	14
STF adia julgamento do sistema de cotas	14
Enturmação: queixas de escolas e legislação/RS.....	14
Greve da Receita dificulta restituição da malha fina	15
Parceria profissionaliza jovens	15
Lula atribui veto a seu passado sindical.....	15
TCU critica veto à prestação de contas de centrais.....	16
Supremo barra empréstimo de US\$ 1 bi a governo gaúcho.....	17
Ministro do STF defende cotas em julgamento contra Prouni	17
Sindicalistas comemoram com Lula sanção de lei das centrais e veto a controle do TCU	18
Sindicatos pedem apoio para criar novo imposto	18
CCJ aprova instalação de salas de aula em cadeias	19
Mídia: Sindicato lança o programa do 33º Congresso Estadual de Jornalistas	20
Lula veta controle a sindicatos.....	20
Mais benefícios a partir de hoje	20
15 mil servidores terão direito a até R\$ 400 mensais	20
AGRICULTURA: QUASE CEM DEMISSÕES.....	21
Lula visita o Estado amanhã	21
Aposentadoria na pauta do STF.....	22
Sinepe avalia contraproposta	22
Fiscais da Receita mantêm a greve	22
Indústria cresce 9,2% no bimestre	23
Movimento defende empregos perante leis secas.....	23
Simpa cobra promessa de 2007.....	24

Debate sobre Bolsa Família esquece excluídos	24
'Abrir um sindicato no Brasil é um grande negócio', constata cientista político	25

STJ debate nesta quinta união civil entre homossexuais

O reconhecimento de união entre homossexuais sob a ótica do Direito de Família está em discussão pela primeira vez na Quarta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

A possibilidade, até então, vinha sendo reconhecida pelo tribunal sob o aspecto patrimonial. Nesta quinta-feira (3/4) o ministro Massami Uyeda deve emitir seu posicionamento, cujo pedido de vista interrompeu o julgamento.

O recurso discute o caso de um casal formado por um agrônomo brasileiro e um professor canadense de inglês. Eles propuseram ação declaratória de união estável na 4ª Vara de Família de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, alegando que vivem juntos desde 1988, de forma duradoura, contínua e pública. O objetivo principal do casal era pedir visto permanente para que o estrangeiro pudesse viver no Brasil, a partir do reconhecimento da união. A ação, contudo, foi extinta sem julgamento do mérito pelo Judiciário fluminense.

No STJ, o relator, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, atualmente aposentado, votou pelo provimento do recurso, afastando o impedimento jurídico para que o pedido seja analisado em primeira instância. Para ele, a impossibilidade jurídica de um pedido só ocorre quando há expressa proibição legal.

Depois de analisar diversos dispositivos, o então relator disse não ter encontrado nenhuma vedação ao reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo. A legislação só se refere a casais de sexo oposto. Por isso, deu provimento ao recurso para que o juízo de primeiro grau analise o mérito do pedido de reconhecimento. Na Turma, a questão se encontra com dois votos contrários ao conhecimento e um a favor.

O ministro Fernando Gonçalves, contudo, votou em sentido contrário ao do relator. Para ele, a Constituição Federal é bem clara ao tratar do assunto quando se refere ao reconhecimento da união estável entre homem e mulher como entidade familiar. Dessa forma, não conhece do recurso, mantendo a extinção da ação determinada pela Justiça do Rio de Janeiro. Este entendimento foi seguido pelo ministro Aldir Passarinho Junior.

(<http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/49361.shtml>)

Procura pelo Poder Judiciário tem aumentado

Rodrigo Medeiros/ A Tribuna

André Bianchini | Da Redação

Em tempos de fortalecimento da democracia, a população tem buscado, cada vez mais, a garantia de cumprimento de seus direitos. Conseqüentemente, a procura pelo Poder Judiciário tem aumentado.

Essa é a opinião do juiz da 3ª Vara Cível de Criciúma, Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva, diretor do Fórum da Comarca, que, na tarde de ontem, recebeu representantes da diretoria e o presidente do Conselho Administrativo de A Tribuna, Anselmo Freitas. "O Judiciário nunca foi tão procurado, e a Justiça tem buscado dar repostas a essa procura", destacou o magistrado.

Segundo ele, uma das maneiras de responder esse apelo da sociedade é aparelhar continuamente a estrutura judicial. "Em dezembro do ano passado, foi instalada na nossa comarca a 2ª Vara da Fazenda, onde são julgados vários processos de interesse coletivo. Em 2005, tivemos a Vara da Infância e da Juventude. Percebe-se que, paulatinamente, o Tribunal de Justiça tem aumentando o número de varas, justamente para atender a essa demanda", comentou.

A comarca conta atualmente com doze juízes, que atuam em nove varas. Segundo relatório do Tribunal de Justiça, o Fórum de Criciúma foi o terceiro do estado que mais julgou processos na área cível e o segundo na área criminal. À frente de comarcas como Joinville e Chapecó. "Temos uma

ótima estrutura aqui. Para este ano, nossa meta é julgar um total de 1,5 mil processos", ressaltou o juiz.

O diretor do Fórum também se pronunciou favorável ao bom relacionamento entre Poder Judiciário e imprensa. "Ambas as entidades são de grande importância para o exercício da democracia. A imprensa e o Judiciário, entretanto, nem sempre tiveram um bom relacionamento. Isso está mudando, mas ainda precisa ser um pouco mais aprimorado", analisou.

<http://www.atribunanet.com/home/site/ver/?id=67912>

GREVE DOS CORREIOS

Funcionários dos Correios decidem sobre fim de greve nesta quinta

Publicado em 02.04.2008, às 23h08

Do JC OnLine

Com informações de Cidades/JC

Em greve desde terça-feira (1º), os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de Pernambuco decidem nesta quinta-feira (3) se dão continuidade à paralisação. Os trabalhadores realizarão uma assembléia, às 17h, em frente aos Correios da Av. Guararapes, no Centro do Recife.

A tendência é que a greve seja encerrada, uma vez que o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos do Distrito Federal decidiu nesta quarta-feira (2) encerrá-la e retornar ao trabalho a partir de 0h desta quinta-feira (3).

A decisão da categoria ocorreu após uma reunião entre a diretoria da federação, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, o presidente das Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), Carlos Henrique, e o senador Paulo Paim (PT-RS).

No encontro, ficou decidido que os mais de 48.600 carteiros vão ter direito ao pagamento de 30% de bônus por mais 90 dias, e depois à incorporação definitiva do benefício ao salário. O pagamento referente ao mês de março será feito 48 horas após a volta ao trabalho.

Durante a reunião resolveu-se também que não serão descontados os dias em que os funcionários não trabalharam. Em relação à participação nos lucros e ao plano de carreira, outras reivindicações da categoria, haverá uma reunião na segunda-feira (7) para debater tais assuntos. Com o acordo, os trabalhadores dos Correios de 21 Estados que aderiram à greve deverão suspender o movimento. Como forma de chamar atenção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, os carteiros realizaram uma manifestação na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto. O objetivo era sensibilizar o chefe do Executivo uma vez que ele participou do acordo feito em 19 de novembro do ano passado quando ficou acertado o pagamento do bônus de 30%.

Proposta de acordo do governo será avaliada hoje

Trabalhadores dos Correios realizam assembléia para votação

Após um dia dedicado a avaliar a proposta de conciliação, encaminhada pelo governo federal na noite de terça-feira, os trabalhadores dos Correios decidiram permanecer paralisados e adiaram para hoje a decisão sobre o futuro da greve.

Os sindicatos de funcionários dos 23 Estados realizam assembléias para votar a aceitação ou a rejeição ao acordo.

No Rio Grande do Sul, durante todo o dia de ontem, os trabalhadores impediram a saída de caminhões da central de distribuição de cartas, na Avenida Sertório, na Capital. Hoje, a partir das 9h, eles estarão no mesmo local para definir os rumos da paralisação no Estado.

Para tentar convencer os funcionários a voltar ao trabalho, o governo federal ofereceu a prorrogação por 90 dias do pagamento do abono emergencial. O benefício - equivalente a 30% dos salários - vinha sendo pago desde dezembro, em substituição ao adicional de periculosidade, mas em fevereiro o projeto de lei que garantia o abono foi vetado pelo presidente Lula. A suspensão do pagamento desagradou à categoria, que entrou em greve.

De acordo com o secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentetc), Manoel Cantoara, os sindicatos ainda estão divididos quanto à nova proposta.

- Vamos aguardar as assembléias para ver se encontramos uma solução. Cada sindicato é livre para tomar as suas decisões, mas gostaríamos de uma unidade para finalizar ou seguir com a greve - explica.

Números entre Correios e grevistas divergem

O abismo entre os números divulgados pelos Correios e pelo Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do RS é imenso. Segundo a assessoria de imprensa dos Correios, somente 2% das correspondências comuns do Estado foram afetadas com a paralisação. A empresa não soube quantificar a porcentagem. O diretor da Secretaria da Saúde do Trabalhador do sindicato gaúcho, Vital Barbosa, garante que 80% das entregas de encomendas, cartas e contas bancárias não chegaram aos seus destinos.

- Nós não deixamos os caminhões sair e, baseado nisso, todos os grevistas têm certeza que as correspondências não puderam ser entregues - diz.

Já no primeiro dia de greve, foram suspensos os serviços com hora marcada, como Sedex 10, Sedex Hoje e Disque Coleta. Apesar dos transtornos causados à boa parte da população brasileira, um segmento vibra com a continuidade da greve: as empresas privadas de entregas rápidas.

Segundo o gerente comercial da Planalto Encomendas, Daniel Martin, o movimento de entregas aumentou cerca de 15% desde o início da paralisação dos Correios.

- Nós aproveitamos a greve, pois esse é o momento de buscar uma fatia do mercado que ainda não nos conhece. Muitas vezes, o cliente usa o nosso serviço nesse momento e nós conseguimos fidelizá-lo - diz.

Correspondências foram prejudicadas:

- De acordo com a assessoria de imprensa dos Correios, cerca de 2% das correspondências comuns do Estado foram afetadas com a paralisação, desde terça-feira

- Por outro lado, conforme o diretor da Secretaria da Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do RS, 80% das entregas de encomendas, cartas e contas bancárias não chegaram a seus destinos

- O sindicato calcula que o Estado despacha, diariamente, cerca de 2,5 milhões de correspondências

- Continuam suspensos os serviços de hora marcada Sedex 10, Sedex Hoje e Disque Coleta

ECT: grevista aceita proposta do governo

Embora a comissão nacional de greve dos Correios tenha aceitado a proposta do governo federal, alguns sindicatos estaduais decidiram ontem pelo fim da paralisação e outros rejeitaram a prorrogação de pagamento de 30% de abono por 90 dias, apresentada pelo Ministério das Comunicação e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O abono emergencial vinha sendo pago desde dezembro e foi suspenso em março, deflagrando a greve. O abono substituiu o adicional de periculosidade aprovado em lei votada pelo Congresso e vetada pelo presidente Lula. No RS, a categoria decide hoje sobre a greve, em assembléia geral. Para o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Correios e Telégrafos no RS, Golbery Valoria, é provável que a proposta seja rejeitada pela categoria, que soma cerca de 7,5 mil servidores.

Greve dos Correios continua em SP, mas termina no DF

MARINA GAZZONI

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Com dois dias de greve dos funcionários dos Correios, um sindicato já decidiu voltar ao trabalho. Os funcionários dos Correios de Brasília foram os primeiros aceitar a proposta do governo e encerraram a greve. Com exceção do Distrito Federal, a greve continua nos demais Estados. Os Correios propuseram anteontem a prorrogação do pagamento do abono emergencial de 30% do salário dos funcionários, suspenso em março, por mais 90 dias e depois torná-lo definitivo como adicional de periculosidade.

Segundo Francisco José Nunes, um dos diretores da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares), os 22 sindicatos que estão em greve receberão uma cópia da proposta do governo e farão assembleias para votar a continuidade da paralisação.

"A Federação e o comando de greve não têm posição [sobre a proposta do governo]. Depende do que for decidido pela maioria dos sindicatos."

O Sintect-SP (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares de São Paulo) se reuniu ontem e aprovou, em assembleia, a manutenção da greve.

Os Correios disseram que não receberam nenhum comunicado oficial sobre a decisão dos trabalhadores. Segundo a instituição, os serviços de Sedex 10, Sedex Hoje e Disk Coleta permanecerão interrompidos até que a greve seja encerrada oficialmente, mas as agências continuam funcionando normalmente.

Dos 106.092 funcionários que deveriam trabalhar ontem, 20.901 faltaram porque aderiram à greve - desses, 18.702 são carteiros-, informaram os Correios. FOLHA DE SP

Grevistas aceitam acordo para fim da paralisação na ECT

BRASÍLIA - Os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em greve desde segunda-feira, chegaram hoje a um acordo com o Ministério das Comunicações e a direção da empresa para encerrar a paralisação. O acordo ainda será submetido às assembleias nos Estados, mas já foi aprovado em Brasília, que terá a greve suspensa amanhã. A comissão de greve, que vinha negociando com o governo, aceitou a proposta de prorrogar por três meses o pagamento do abono emergencial de 30% sobre os salários. O acerto estabelece que, ao final dos três meses, o abono passará a ser pago como adicional de risco.

Segundo a diretora da Federação Nacional dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Atividades Correlatas (Fentect), Amanda Gomes, que participou da negociação, será instituído grupo com representantes do Ministério das Comunicações, da ECT e dos empregados para discutir o Plano de Cargos e Salários, participação nos lucros e pagamento dos dias parados. O abono emergencial vinha sendo pago desde dezembro e foi suspenso em março, deflagrando o movimento grevista. O abono substituiu o adicional de periculosidade aprovado em lei votada pelo Congresso e vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Greve nos Correios entra no 2º dia, com 70% de adesão

PAULO R. ZULINO - Agencia Estado

SÃO PAULO - A greve deflagrada pelos funcionários dos Correios entrou hoje em seu segundo dia, com índice de adesão de 70%, de acordo com balanço inicial fornecido pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (FENTECT). A entidade informa que, com a adesão dos trabalhadores de Santa Catarina e do Amazonas, já chega a 22 o número de Estados que entraram no movimento, além do Distrito Federal. Os Correios, por sua vez, informam que o índice de adesão à greve é de apenas 21,47%.

Hoje, uma comissão se reúne com o senador Paulo Paim (PT/RS), para discutir a proposta

formulada à categoria pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, para tentar encerrar a paralisação. A oferta é no sentido de estender por mais 90 dias o pagamento dos 30% que vinham sendo pagos a título de adicional de periculosidade aos carteiros. Os trabalhadores, no entanto, insistem que esses 30% sejam definitivamente incorporados aos salários. Além disso, desejam que toda e qualquer proposta seja feita por escrito.

Os funcionários dos Correios também pretendem discutir as questões do Plano de Cargos e Salários e da participação nos lucros. Eles alegam que, no ano passado, receberam entre R\$ 600 e R\$ 800, mas que, em 2008, o valor pago foi em torno de R\$ 250. No período da tarde, a categoria realiza assembléias nos Estados para avaliar o movimento.

Segundo a assessoria de imprensa dos Correios, em Brasília, a base nacional de trabalhadores é de cerca de 97 mil. Destes, apenas pouco mais de 18 mil não compareceram por conta da paralisação. A assessoria explicou que o setor mais afetado é o da distribuição, uma vez que a greve atinge praticamente os carteiros, e informou que todas as agências no País estão abertas. A assessoria confirmou ainda que permanecem suspensos hoje os serviços de "hora certa", como o Sedex 10, Sedex Hoje e o Disque Coleta

02/03/2008

Zero Hora

RS registra a maior adesão

Conforme a assessoria de imprensa dos Correios, em Brasília, a maior adesão da categoria foi registrada no Rio Grande do Sul, com 70% de paralisação. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do RS, todos os Estados paralisados tiveram cerca de 80% de adesão. O sindicato afirma que nenhuma entrega está sendo feita.

A previsão é de que 2,5 milhões de correspondências deixem de ser despachadas diariamente no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, ontem pela manhã, grevistas impediram a saída de correspondência do Centro de Operações Postais, na Avenida Sertório.

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2008

Greve impede entrega de 1 milhão de cartas

Segundo o sindicato, adesão foi de 70% dos trabalhadores no RS, a maior no país. Dados oficiais indicam que 22% pararam

Cerca de 1 milhão de correspondências deixaram de ser entregues ontem no Estado, no primeiro dia de greve dos carteiros. A estimativa é do sindicato da categoria, que participa da paralisação nacional decretada por tempo indeterminado. O RS registrou a maior adesão de trabalhadores. O sindicato estima em 70%. Segundo os números centralizados em Brasília pelos Correios, do total de 7.712 servidores no Estado, 1.472 entraram em greve (22,64%). Além do Estado, a adesão mais forte ocorre em Pernambuco e São Paulo (interior). No balanço nacional, a ECT contabilizou 18.256 servidores paralisados do efetivo de 97.713 trabalhadores.

Com a greve, a empresa suspendeu os serviços de Sedex Hoje, Sedex 10 e de Disque-Coleta, que funcionam com hora certa. Os demais continuaram funcionando, mas sem garantia de horário de entrega. Os maiores prejuízos à população estão relacionados à entrega de contas, correspondências comerciais e faturas de cartões de crédito. A orientação é para que a população busque a segunda via das contas pela Internet.

Desde as primeiras horas, manifestantes impediram a entrada e a saída de caminhões com correspondências da central de triagem de Porto Alegre. O bloqueio formou uma fila de dezenas de veículos. No começo do dia, o número de caminhões parados chegava a 27. Dezenas de carteiros realizaram protesto no Centro. A categoria pede pagamento de adicional de risco para carteiros, aumento no piso e na participação nos lucros e plano de carreira.

Greve no Estado

Servidores	Total	Em greve
Carteiros	4.119	1.296
Operador de Triagem	647	86
Motoristas	114	50
Atendentes	1.598	16
Pessoal administrativo	1.234	24
Total	7.712	1.472

Fonte: Assessoria de imprensa dos Correios

Zero Hora

Carteiros avaliam hoje proposta para voltar ao trabalho

Assembléias em todo o país podem pôr fim à greve iniciada ontem

Uma proposta encaminhada pelo governo federal aos trabalhadores dos Correios, no início da noite de ontem, será analisada hoje pela categoria, que definirá pela continuidade ou suspensão da greve. No primeiro dia de paralisação, foram suspensos os serviços Sedex 10, Sedex Hoje e Disque Coleta. A decisão será tomada em assembléias nos 21 Estados que aderiram, mais o Distrito Federal. Os gaúchos se reúnem em frente à sede em Porto Alegre (Rua Siqueira Campos, 1.100, Centro).

O governo federal ofereceu ao comando de greve a prorrogação por 90 dias do pagamento do abono emergencial, em troca do retorno às atividades.

Nesse período, governo e funcionários negociariam as reivindicações dos grevistas. O abono de março seria pago até sexta-feira. O ministro das Comunicações, Hélio Costa, disse que espera para hoje uma resposta dos servidores.

Empresa diz que atividade não é considerada perigosa

O benefício - equivalente a 30% dos salários - vinha sendo pago desde dezembro, em substituição ao adicional de periculosidade, conforme projeto de lei vetado pelo presidente Lula. A greve foi deflagrada após a suspensão do pagamento, em março. Os trabalhadores reivindicam a incorporação em definitivo do abono.

O diretor da Secretaria da Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do RS, Vital Barbosa, ressalta que proposta semelhante foi encaminhada à categoria na segunda-feira e rejeitada. Mas hoje será levada novamente aos carteiros.

- A gente considera o nosso trabalho de risco, porque estamos suscetíveis a assaltos, mordidas de cães, atropelamentos e mau tempo - destaca.

Os Correios só se manifestaram por meio de sua assessoria de imprensa, em Brasília.

- A lei não permite esse pagamento, porque a profissão de carteiro é desgastante, mas não é considerada perigosa. Uma das alternativas seria fazê-lo em forma de bônus. Isso depende de autorização do Ministério da Fazenda e de outros órgãos - explicou a assessora de imprensa Claudia Valente.

Se a greve persistir

- Consumidores que esperam boletos de cobrança e contas a pagar devem entrar em contato com as empresas responsáveis para solicitar uma segunda via do documento

- Quem utiliza o serviço dos Correios para enviar ou receber documentos e teve problemas devido ao atraso na entrega pode pedir ressarcimento por eventuais danos no Procon ou na Justiça

- Para correspondências enviadas por Sedex, é possível fazer o rastreamento no site www.correios.com.br. Com o número de referência, o cliente pode descobrir onde está a encomenda

- Sites das empresas prestadoras de serviços: www.cee.com.br, www.dmae.rs.gov.br, www.brasiltelecom.com.br

Funcionários dos Correios param

GREVISTAS SE CONCENTRARAM ONTEM NA AGÊNCIA DO TABULEIRO; ELES ESPERAM DECISÃO DE BRASÍLIA

Funcionários dos Correios em todo o Brasil estão em greve por tempo indeterminado, desde a zero hora de ontem. Em Alagoas, a paralisação atinge 90% dos trabalhadores. A categoria reivindica o pagamento do adicional de periculosidade aos carteiros, no valor de 30% do salário-base, e a implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), além da exoneração imediata do presidente da ECT, Carlos Henrique Custódio, e da diretora de Recursos Humanos, Maria de Lourdes Rosalem.



O secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos, Roberval Santos, informou que já aderiram à paralisação além de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará, Amapá, Paraíba, Acre, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (incluindo o interior do Estado, Campinas e Vale).

Sindicato diz que Correios suspenderam Sedex 10, Sedex Hoje e Disque Coleta

Mônica Tavares - O Globo; O Globo Online

BRASÍLIA - O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos do Distrito Federal, Moisés Leme da Cunha Neto, afirmou que, devido à greve deflagrada pelos funcionários da instituição a partir desta terça-feira, estão suspensos os serviços de Sedex 10, Sedex Hoje e Disque Coleta.

Segundo o sindicalista, as entidades de 21 estados e do Distrito Federal aderiram à paralisação. Os grevistas esperam atingir de 70% a 80% de adesão ao movimento até o final do dia.

- Historicamente a área administrativa não participa muito, mas a área operacional está ativa na greve - disse.

O estopim da interrupção dos trabalhos foi a reivindicação dos trabalhadores por um aumento na Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Eles querem ainda um adicional de periculosidade de 30% e a implantação de um plano de cargos e salário que foi acertada em novembro de 2007 e até hoje não ocorreu.

Os grevistas estão neste momento em frente ao Ministério das Comunicações e pretendem ser recebidos pelo ministro Hélio Costa (PMDB). De acordo com cálculos próprios sindicalistas, 1.200 funcionários participam do protesto.

CORREIOS EM RONDÔNIA E ACRE TAMBÉM ADEREM A GREVE

[GERAL] [Terça-feira, 01 de Abril de 2008 - 10:56]

Os trabalhadores nos Correios em Rondônia e Acre também aderiram a greve nacional da categoria, informa o secretário-geral do Sindicato dos trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos do Noroeste (SINTECT/NO), Celestino Junior Quintino. A entidade sindical assegura que os serviços essenciais estão sendo mantidos e que aguarda o desenrolar das negociações em Brasília. Os trabalhadores resolveram interromper os serviços para cobrar adicional de periculosidade equivalente a 30% do salário, mensal, além de reajuste no percentual da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e implementação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Funcionários dos Correios querem adicional de periculosidade definitivo

LORENNA RODRIGUES

da Folha Online, em Brasília

Os funcionários dos Correios querem que o governo garanta que o abono de periculosidade -- equivalente a 30% dos salários dos carteiros-- será transformado em gratificação permanente antes de levar a assembléia a proposta feita hoje pelo Ministério das Comunicações. O governo propôs prorrogar o pagamento do abono por mais três meses e, nesse prazo, discutir outras reivindicações da categoria, que iniciou uma greve hoje.

De acordo com a diretora da Fentec (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares), Amanda Corcino, a transformação do adicional em abono definitivo não está prevista no documento apresentado nesta terça-feira pelo governo e pela diretoria dos Correios.

"Queremos uma garantia de que será definitivo para poder levar para as assembléias ou então não adianta", afirmou.

Segundo Corcino, mesmo com a inclusão da garantia, não está certo que os funcionários aceitarão a proposta e encerrarão a greve. Ela acrescentou que a categoria acha fundamental o atendimento da reivindicação de pagamento de pelo menos R\$ 800 de participação nos lucros aos carteiros - atualmente, o mínimo é de R\$ 140.

"Para garantir o fim da greve, a empresa tem que pagar o mínimo de R\$ 800", ressaltou.

A promessa do governo é negociar outras reivindicações dos grevistas nos próximos 90 dias, como a criação de um plano de carreira e a questão da participação nos lucros da empresa.

"O que eu coloquei para as lideranças é que nós precisamos de mais tempo. Pedi mais 90 dias para que esse procedimento seja todo detalhadamente acertado. Vamos manter o pagamento do bônus até encontrarmos a maneira técnica de incorporarmos esse bônus ao salário dos carteiros", declarou.

Acordo

No ano passado, o governo e a direção dos Correios assinaram um acordo com os carteiros no qual criava um bônus equivalente a um adicional de periculosidade. Segundo os grevistas, a previsão é de que o abono fosse pago provisoriamente em dezembro, janeiro em fevereiro, e se tornasse definitivo a partir de março. No mês passado, porém, a gratificação não foi paga.

Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), que participou das negociações, o governo prometeu pagar o valor referente a maio até sexta-feira, caso a categoria aceite o acordo oferecido hoje.

Os Correios informaram que, dos 97.713 funcionários que deveriam estar trabalhando nesta terça-feira, 18.256 aderiram à greve. Participam do movimento funcionários de 20 Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo e Tocantins, mais o Distrito Federal. De acordo com a Fentec, 22 sindicatos aderiram à paralisação.

Os servidores reivindicam ainda mais contratações e a retomada do antigo plano de pensão, Postalís, que está sendo substituído pelo Postalprev.

Leia mais

Onda de assaltos a carteiros altera entregas dos Correios no Pará

Assaltantes dominam trabalhadores e roubam pacotes de entrega.

Agências também têm sido alvos das ações criminosas.

Do G1, em São Paulo, com informações do Jornal da Globo

Os carteiros viraram os alvos prediletos dos assaltantes do Pará. Caso exemplar foi o roubo em que os criminosos levaram R\$ 22 mil de uma agência dos Correios. Em consequência da alta de assaltos, a estatal suspendeu entregas em algumas áreas de Belém e região metropolitana.

Segundo os relatos, os ladrões agem quando o carteiro pára o carro para fazer a entrega. “Chegaram armados, com arma de fogo apontada no meio do peito, era pra entregar a chave da viatura e deitar no chão”, conta um carteiro que não quis se identificar.

Pacotes visados

Foram pelo menos 30 assaltos, de acordo com os registros, sempre do mesmo jeito. Os ladrões agem em dupla e chegam de moto ou bicicleta. Dominam o carteiro, que é encapuzado e colocado no furgão. Um dos ladrões retira o uniforme do carteiro e assume o volante. O carro é levado para um local onde todos os pacotes são retirados. Depois, carro e carteiro são abandonados na periferia de Belém e região metropolitana.

Saiba mais

Assaltado duas vezes, na terceira, um carteiro, que prefere não se identificar, fugiu ao ser abordado. “Ele mandou que eu parasse, mas eu acelerei e ele disparou a arma, atingiu o volante e a meu dedo, por pouco não atingiu a minha cabeça”, conta.

Os ladrões querem, principalmente, câmeras de vídeo, notebooks e celulares. As quadrilhas roubam talões de cheques e cartões de crédito.

“Estamos monitorando para descobrir como uma pessoa consegue assaltar um carteiro e duas horas depois consegue desbloquear e utilizar o cartão de crédito”, disse o coronel da Polícia Militar, Osmar Albuquerque.

Agências também têm sido alvos

Quem trabalha nas agências também anda assustado. Uma loja foi assaltada há poucos dias. “Medo, medo, medo de acontecer isso de novo. A situação é terrível”, disse um funcionário.

Câmeras registraram um assalto à agência dos Correios, em Abaetetuba, interior do Pará, no início deste mês. Armado, um ladrão entra na sala de valores acompanhado pelo gerente, enquanto o comparsa espera na porta.

No vídeo, o assaltante percebe a câmera de segurança, parece incomodado e aponta com a arma em direção ao equipamento, mas dá prosseguimento ao roubo. Revira o armário e não encontra nada de valor. Os dois ladrões obrigam o gerente a abrir o cofre e encontram o que queriam: R\$ 22 mil que empilham sobre a mesa e depois colocam numa sacola.

Segundo o sindicato que reúne os carteiros, em menos de um ano ocorreram 120 assaltos em Belém e região metropolitana. Em algumas áreas, os Correios decidiram suspender as entregas.

“Existem ruas que a gente não entra mais, recomendação da empresa para não entrar mais”, conta um carteiro.

E já tem carteiro pensado em sair das ruas. “Está complicado e já pensei até em mudar de função dentro da empresa. Você sai de casa sem saber se vai retornar”, lamenta outro carteiro.

Em um ano, os prejuízos dos Correios com os assaltos a carteiros no Pará já superaram os R\$ 300 mil.

Ameaça de greve

Segundo dirigentes sindicais dos funcionários dos Correios, os carteiros lutam pela inclusão salarial de uma gratificação por exposição ao risco como reconhecimento dos perigos e crimes que podem ser submetidos.

DIA 1º/04/2008

Greve dos trabalhadores dos Correios

Funcionários dos Correios entram em greve no Estado

Principal efeito da paralisação será nas entregas de cartas comerciais, faturas de cartões, contas e compras pela Internet

Atualizada em 01/04/2008 às 08h52min

Uma greve definida no começo da noite desta segunda-feira promete comprometer a entrega de milhares de correspondências por dia em todo o Estado. Dezenas de trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) decidiram parar as atividades à meia-noite desta terça-feira por tempo indeterminado, em uma mobilização que ganha contorno nacional.

Em Porto Alegre, desde o início da manhã, grevistas fazem piquete impedindo a saída de

correspondência do Centro de Operações Postais, na Avenida Sertório. A entrada de caminhões para buscar mercadorias também não é permitida. Pelo menos 16 veículos ficaram parados do lado de fora.

Às 10h, está prevista uma manifestação em frente à sede dos Correios na Avenida Siqueira Campos. Às 11h, devem percorrer as principais do Centro. Nova reunião está prevista para a tarde.

Pelo país

Outros 13 Estados e o Distrito Federal, também decidiram pela greve em assembleias realizadas ao longo desta segunda-feira. Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), devem entrar em greve os Estados de São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Goiás, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Pará, Paraná, Amazonas, Maranhão, da Bahia e Paraíba.

Segundo o sindicato da categoria, o principal efeito será nas entregas de cartas comerciais, faturas de cartões, contas e compras pela internet. As franquias dos Correios devem seguir funcionando, sendo possível postar correspondências. Mas é na chegada às residências que promete estar o grande prejuízo, caso um número considerável de funcionários pare as atividades.

A ECT afirmou nesta segunda que não se manifestaria até o final de todas as assembleias que ocorrem no país. Por meio de sua assessoria no Estado, afirmou que não acredita em uma adesão suficiente para prejudicar os serviços.

Reivindicações

Entre os motivos da paralisação está o não pagamento do adicional de risco aos carteiros, no valor de 30% do salário-base. Conforme termo de compromisso assinado em novembro de 2007 (após a última greve da categoria que começou em setembro e durou nove dias) pelo governo federal e pelo presidente dos Correios, Carlos Henrique Custódio, a empresa havia se comprometido a pagar "em definitivo" o referido adicional a partir de março deste ano. No entanto, os cerca de 52 mil carteiros do país, que receberam o adicional de 30% nos últimos três meses, não ganharam o valor na última semana, segundo a categoria.

Outro motivo da paralisação é a disparidade no pagamento da participação nos lucros e resultados aos trabalhadores da empresa. Conforme a categoria, enquanto a maioria dos trabalhadores dos Correios está recebendo valores que variam, em média, de R\$ 200 a R\$ 400, os chefes, gerentes e diretores da empresa estão ganhando até R\$ 44 mil a título de participação nos lucros. A categoria reclama ainda do piso salarial dos Correios, pouco superior a R\$ 600, que seria um dos mais baixos do serviço público federal.

Segundo a categoria, a ECT obteve um lucro recorde de R\$ 830 milhões em 2007 — meio bilhão superior ao registrado no ano anterior. A ECT é a maior empregadora em regime Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no país, com cerca de 108 mil trabalhadores.

Greve dos Correios ameaça entregas no RS

Em assembleia realizada ontem à noite, categoria decidiu paralisar atividades, seguindo movimento nacional

Uma greve votada no começo da noite de ontem promete comprometer a entrega de milhares de correspondências por dia em todo o Estado.

Dezenas de trabalhadores dos Correios da Capital e da Região Metropolitana decidiram parar as atividades a partir da 0h de hoje por tempo indeterminado, em uma mobilização que ganha contorno nacional. Mas, até ontem, a estatal não acreditava em forte adesão.

Outros 13 Estados, entre eles São Paulo e Rio de Janeiro, também decidiram pela greve em assembleias realizadas ao longo do dia. Editais publicados no sábado e uma negociação fracassada na quinta-feira deram sustentação legal ao movimento, garante a categoria.

Segundo o sindicato da categoria, o principal efeito da paralisação será nas entregas de cartas comerciais, faturas de cartões, contas de serviços públicos e compras pela internet. As franquias dos Correios devem seguir funcionando, sendo possível postar correspondências. Mas é na chegada que promete estar o grande prejuízo, caso um número considerável de funcionários pare as atividades.

O problema para quem espera entregas começa no prédio dos Correios localizado na Avenida Sertório, zona norte da Capital. É lá onde ocorre a triagem de tudo o que chega ao Estado, 24 horas por dia, com a distribuição das entregas por meio de caminhões. Se não é feito esse trabalho, nada sai, e o acúmulo é grande. Mesmo passando por essa fase, ainda seria necessário que um bom número de carteiros não entrasse em greve para que a entrega não fosse afetada.

Servidores farão caminhada na Capital

Ainda ontem, uma oferta dos Correios foi feita antes da assembléia, mas os trabalhadores a rejeitaram. Hoje pela manhã, haverá concentração e caminhada no centro da Capital, com nova reunião à tarde. Os servidores reivindicam a adoção em definitivo do adicional de risco (para compensar a entrega de cartas em locais perigosos e riscos de ataques em geral), suspenso em março, nova proposta na participação dos lucros da empresa e a negociação do plano de cargos e salários.

Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Correios e Telégrafos e Similares, além do Rio Grande do Sul, devem entrar em greve São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Pará, Paraná, Amazonas, Maranhão, Bahia e Paraíba.

Os Correios afirmaram que não se manifestariam até o final de todas as assembleias no país. Por meio de sua assessoria no Estado, afirmaram que não acreditam em uma adesão suficiente para prejudicar os serviços.

Como evitar transtornos

- A segunda via das contas que não forem entregues pode ser impressa nos sites das empresas prestadoras do serviço ou retiradas nos postos de atendimento. São 480 unidades no Estado.
- Em caso de Sedex, faça o rastreamento do documento no site www.correios.com.br. Com o número de referência, o cliente pode descobrir o que aconteceu com a sua encomenda.

Greve na ECT teve início à meia-noite

Em assembleia geral ontem à noite, os funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos no RS decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. Conforme a assessora de imprensa Nara Rocho, a categoria rejeitou a proposta da ECT de prorrogar o adicional de risco para carteiros, que havia sido cortado em março, por mais dois meses. Também não ofereceu prazo para implantação do plano de cargos e salários nem aceitou a participação nos lucros. Às 10h desta terça-feira, os servidores farão concentração junto à sede da empresa. Segundo o diretor geral da ECT/RS, Larry Almeida, há um plano de contingência para garantir os prazos de entrega de objetos postais – 1,7 milhão por dia.

Funcionários dos Correios entram em greve

Profissionais querem cumprimento de acordo fechado em 2007 para o pagamento do adicional de risco

DO "AGORA"

Em assembleia realizada ontem à noite, os funcionários dos Correios de São Paulo decidiram entrar em greve hoje.

O principal motivo da paralisação é o cumprimento do acordo, fechado em novembro com o governo, para o pagamento do adicional de risco.

Além disso, os sindicatos exigem a demissão do presidente e da diretoria de recursos humanos dos Correios, mais contratações, maior participação em lucros e resultados, melhores condições de trabalho e um plano de cargos e salários.

A substituição do atual fundo de pensão dos trabalhadores dos Correios, o Postalís, pelo novo fundo, o Postalprev, é outra exigência dos funcionários.

Na capital, os Correios têm cerca de 22 mil funcionários.

Segundo Anderson Lima, diretor de imprensa do sindicato da capital, Brasília, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte também aderiram.

Para Lima, a tendência é que os sindicatos do interior do Estado sigam a mesma orientação e decretem greve.

Houve assembléia nos 33 sindicatos ligados à Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Correios e Telégrafos e Similares) em todo o país.

De acordo com a assessoria de imprensa dos Correios, a empresa pretende buscar o entendimento com os sindicatos de todo o país para evitar a adesão à greve. "Vamos aguardar o dia de amanhã [hoje] para ver o índice de adesão e os procedimentos a serem adotados", diz nota divulgada ontem. (BRUNO SAIA e GUSTAVO GOMES)

Funcionários dos Correios entram em greve 14 estados e no DF

Publicada em 01/04/2008 às 06h42m

Agência Brasil; Extra

BRASÍLIA - Funcionários dos Correios de 14 estados e do Distrito Federal anunciaram que entraram em greve nesta terça-feira por tempo indeterminado.

Os servidores reivindicam um adicional de periculosidade equivalente a 30% do salário por mês, aumento no percentual da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), e a implementação de um plano de cargos, carreiras e salários.

A Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Correios e Telégrafos e Similares) contabiliza a adesão de funcionários de São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Goiás, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Pará, Paraná, Amazonas, Maranhão, da Bahia e Paraíba.

De acordo com o secretário-geral da federação, Manoel Cantoara, a expectativa é de que o movimento cresça ainda mais.

- O nível de insatisfação com relação ao não-cumprimento de acordo feito com o Ministério das Comunicações sobre um adicional de periculosidade deixou muita gente indignada - disse Cantoara. Cantoara não soube estimar quantos dos 107 mil funcionários dos Correios devem participar da paralisação. "Esse número, só amanhã à luz do dia."

A Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) informou que a incorporação de 30% só será possível quando houver mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- Iremos em passeata até o Ministério das Comunicações para cobrar do ministro Hélio Costa o acordo assinado por ele, o presidente dos Correios e o presidente Lula, que se comprometeram a atender essas reivindicações - anunciou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios no Distrito Federal, Moisés Leme.

Ele comentou ainda que "o ministro tem reconhecido as distorções salariais, mas de nada adianta ele reconhecer se não tem autoridade para fazer executar o que foi prometido".

O abono de risco, ou adicional de periculosidade, é a principal reivindicação dos grevistas.

- Temos colegas com câncer de pele, por trabalhar no sol, colegas que perderam o dedo por mordidas de cães e com problemas de coluna por causa da bolsa pesada, sem contar os assaltos porque carregamos valores, cartões de crédito, talões de cheques - contou Silvio Costa, carteiro há 27 anos. Ele disse ganhar menos de R\$ 2 mil por mês e que o PLR foi de R\$ 300, "enquanto teve diretor da empresa que ganhou R\$ 50 mil de PLR".

" Eu andava 475 quadras por semana. É quase desumano "

A mesma reclamação foi feita por Joatan Osias, que ficou cerca de cinco anos afastado do trabalho por problemas na coluna.

- Eu andava 475 quadras por semana. É quase desumano - disse.

MIRANTE

- Em greve parcial há 30 dias, defensores públicos do Estado tentam hoje entregar ao presidente Lula documento relatando a situação da categoria. A paralisação se deve ao fato de a governadora Yeda Crusius ter vetado a implantação do subsídio aos defensores. ZERO HORA

Previdência alerta para página falsa na internet

O Ministério da Previdência Social alerta aos usuários que sua página eletrônica na internet foi clonada e existe uma versão falsa no ar. O órgão lembra que todas as variações do site da Previdência terminam com gov.br.

Qualquer extensão que não seja essa deve ser desconsiderada por se tratar de fraude. A Dataprev detectou na segunda-feira um endereço clonado tem a extensão .com. , que não está autorizado a veicular informações e serviços oficiais da Previdência Social. ZERO HORA

STF adia julgamento do sistema de cotas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto defendeu ontem o sistema de cotas para acesso a universidades no início do julgamento de duas ações contra o Programa Universidade para Todos (ProUni), mas um pedido de vista de outro ministro, Joaquim Barbosa, adiou a decisão do tribunal.

Os ministros começaram a julgar duas ações de inconstitucionalidade, que foram propostas pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino e pelo DEM. O argumento é de que o sistema de cotas fere o princípio constitucional da igualdade.

Relator das ações, Britto disse que esse princípio está inserido na Constituição, justamente para reduzir as desigualdades, e o interpretou da seguinte maneira:

- A verdadeira igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. ZERO HORA

Enturmação: queixas de escolas e legislação/RS

Tema mobiliza comunidade escolar, CEEed e Cece

O ajuste de turmas da SEC em escolas estaduais mobiliza a comunidade escolar, que teme pela qualidade do Ensino. O assunto tem sido tratado em encontros de pais, CEEed e comissões de Educação da Câmara (Cece) e da AL. Nesta semana, na reunião entre as presidentes de CEEed, Sônia Veríssimo da Fonseca, e Cece, Sofia Cavedon, foi acordado que as denúncias de enturmação que chegam à Cece serão formalizadas ao CEEed.

Sônia lembra que além das regras para formação de turmas no RS, deve ser considerado o tamanho das salas (tabela). Sofia frisa que as queixas de superlotação de turmas serão enviadas ao CEEed visando solucionar problemas escolares. E nota dos pais (ACPM) diz, entre outros itens, que o Estado deve oferecer estrutura e observar a legislação. CORREIO DO POVO

Regras para a formação de turmas

Educação Infantil

- ◆ 0 a 2 anos: 1 professor para 5 crianças
- ◆ 3 anos: 1 professor para 15 crianças
- ◆ 4 a 6 anos: 1 professor para 20 crianças

Ensino Fundamental

- ◆ 1ª série: turmas com, no máximo, 25 alunos
- ◆ 2ª a 4ª série: turmas com, no máximo, 30 alunos
- ◆ 5ª a 8ª série: turmas com, no máximo, 35 alunos

Ensino Médio

- ◆ No máximo, 50 alunos por turma

Observação

- ◆ São 1,20 m² por aluno e a sala não pode ter menos de 15 m², independente do número de alunos
- ◆ Normas valem para escolas públicas e privadas

Greve da Receita dificulta restituição da malha fina

São Paulo — A greve dos auditores da Receita Federal, hoje em seu 18ª dia, não afeta a entrega e o processamento da declaração de Imposto de Renda deste ano. Em contrapartida, está dificultando a vida do contribuinte que precisa tirar dúvidas em plantões fiscais. Além disso, o processamento de declarações retidas na malha fina de anos anteriores a 2008 está paralisado, segundo o Unafisco, o sindicato dos auditores fiscais da Receita. CORREIO DO POVO

Parceria profissionaliza jovens

Ministro do Trabalho diz que há empregos, mas falta trabalhador qualificado

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, acertou ontem, em Brasília, uma parceria com a Associação Beneficente Cristã (ABC) para a qualificação profissional de jovens. A medida irá beneficiar de 8 a 10 mil pessoas no país. O acordo foi firmado com o presidente de Relações Institucionais do Grupo Record, Jeronimo Alves Ferreira, e com o presidente nacional do Partido Republicano Brasileiro (PRB), Vitor Paulo, durante almoço na Capital Federal.

O projeto-piloto se iniciará em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, dentro de 30 a 60 dias, e depois se estenderá a outros estados. Segundo Lupi, o principal foco do Ministério do Trabalho hoje é a qualificação profissional. 'Em alguns setores há empregos, mas não existem trabalhadores qualificados', afirmou. O ministro citou, por exemplo, a construção civil. 'O crescimento de emprego nessa área foi de 13%, mais do que o dobro da média nacional. O problema é que estão faltando pedreiros e até engenheiros qualificados', apontou. A Associação Beneficente Cristã é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 1994 e presente em todos os estados brasileiros e em vários países, como Argentina, Chile, Venezuela, México, Japão e Portugal. CORREIO DO POVO

Lula atribui veto a seu passado sindical

Presidente diz que fiscalização do TCU poderia acabar com autonomia e facilitar perseguição política de sindicalistas

Ele reconhece que há muito o que fazer e promete que irá conversar com centrais sindicais para debater sobre problemas e buscar soluções

LUCAS FERRAZ

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A uma platéia de sindicalistas que a todo momento fez referências positivas a seu governo, o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva explicou ontem que vetou o artigo que possibilitava fiscalização do TCU (Tribunal de Contas da União) nas contas de sindicatos, confederações e federações por causa de seu passado no sindicato e alegou que a fiscalização poderia resultar em perseguição política.

"Quando chegou o resultado da votação do Congresso, não tinha dúvidas em vetar. Primeiro, porque nasci no movimento sindical, em 1969, defendendo a autonomia e a liberdade sindical. Segundo, porque sofri duas intervenções quando era presidente do sindicato de São Bernardo do Campo", afirmou.

Quebrando acordo feito no Congresso, Lula vetou a obrigatoriedade de sindicatos, centrais, federações e confederações prestarem contas ao TCU. O veto, criticado pela oposição, foi a um artigo do projeto que reconheceu formalmente as centrais sindicais.

Lula justificou a decisão dizendo que o artigo poderia acabar com a autonomia sindical.

Segundo o presidente, se a fiscalização não fosse vetada, seria possível ficar sabendo "em cima de quem" seria feita.

"Eu lembro, Paulinho [deputado Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical], que você divergiu de alguém na política e que foi vítima de muitas acusações. Imagina se, a cada vez que chegar uma eleição, uma campanha eleitoral no sindicato, alguém toma a decisão de fiscalizar. Nós estaremos tirando do trabalhador o direito de propor em assembléia mecanismo de fiscalização."

Lula, contudo, admitiu que ainda há muito o que fazer -ele prometeu uma seqüência de conversas para debater e aprimorar os problemas e afirmou que vai se reunir com as centrais sindicais no dia 24.

Disse que uma das coisas mais difíceis é negociar com o setor público e voltou a defender regularização do direito de greve. "No setor público, tem gente que faz greve de dois meses, três. (...) Aprendi que só posso ganhar sem trabalhar se estiver de férias ou doente." Também pediu união da base no Congresso, alegando que é preciso formar maioria e estar sempre "medindo correlação de forças para votar projetos".

O evento, que reuniu seis centrais sindicais, teve a presença dos ministros Luiz Dulci (Secretaria Geral), Luiz Marinho (Previdência), Carlos Lupi (Trabalho) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), além de deputados.

Os sindicalistas criticaram a mídia (apontada como interessada na fiscalização) e setores acusados de não aceitarem "o sucesso do governo".

Paulinho, no agradecimento a Lula, declarou que o Congresso está subordinado ao Executivo -tema atualmente caro pelo excesso de medidas provisórias. "Sabemos muito bem que o Congresso só funciona quando o governo quer." FOLHA DE SP

TCU critica veto à prestação de contas de centrais

DA REDAÇÃO

O procurador do Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), Marinus Marisco, criticou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao artigo da lei que possibilitava ao TCU fiscalizar as contas de sindicatos, confederações e federações.

Segundo o "Jornal Nacional", Marisco chamou a decisão de retrocesso. "São milhares de sindicatos, milhares de documentos de despesa. Se isso fosse sistematizado pelos sindicatos, naturalmente ficaria muito mais fácil fiscalizar", afirmou o procurador do TCU.

O veto também foi criticado por especialistas. Para o professor Pedro Serrano, da PUC-SP, "deve ser papel do TCU fiscalizar a aplicação de qualquer verba pública, em especial em entidades que são privadas, mas têm caráter comunitário".

Segundo Serrano, o ponto central está na obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical. "Qualquer contribuição compulsória do dinheiro das pessoas ao governo é dinheiro público. Seria diferente se fosse pagamento voluntário", afirma.

Professor de direito constitucional do Mackenzie, João Antonio Wiegerinck diz que as centrais têm de prestar contas. "À medida em que a União coopera com elas, entendo que o Tribunal de Contas,

quando provocado, tem autonomia para uma fiscalização. O que não cabe é punição", diz. A avaliação, no entanto, não é unânime. O advogado Marthius Savio Lobato, da UnB (Universidade de Brasília), afirma que quem vai fiscalizar é o próprio trabalhador, os associados de cada entidade. Ele diz que, em casos de abuso, eles podem recorrer ao Ministério Público do Trabalho. "A Constituição de 1988 impede a intervenção e interferência nas entidades sindicais, que passaram a ter personalidade jurídica de direito privado. Então, não cabe ao TCU essa fiscalização, porque caracterizaria uma interferência", afirma. "Apesar da contribuição sindical ser de natureza compulsória, isso não transforma um dinheiro privado em dinheiro público." A análise é semelhante à do presidente da CUT, Artur Henrique. Segundo ele, "o dinheiro de que trata o reconhecimento das centrais não é dinheiro público, é dinheiro privado, vem do trabalhador". A CUT diz que a fiscalização do TCU é inconstitucional, por ser uma "ingerência indevida do governo sobre as entidades". Wiegerinck diz que os trabalhadores também podem fiscalizar o uso do dinheiro, mas que essa tarefa cabe a órgãos como o TCU. FOLHA DE SP

Supremo barra empréstimo de US\$ 1 bi a governo gaúcho

DA AGÊNCIA FOLHA

O STF (Supremo Tribunal Federal) barrou uma tentativa do governo gaúcho de adquirir um empréstimo de US\$ 1 bilhão do Banco Mundial sem o aval do Ministério da Fazenda. O governo de Yeda Crusius (PSDB), argumentando que passa por um dos "maiores desafios financeiros de sua história recente", pediu uma liminar ao STF para garantir o empréstimo, independentemente da posição da Secretaria do Tesouro Nacional. O STF negou. O governo gaúcho teme que o Tesouro não autorize o empréstimo porque a operação descumpriria a Lei de Responsabilidade Fiscal, que regula o endividamento do setor público. O Rio Grande do Sul pediu autorização ao órgão em 10 de março e ainda não recebeu resposta. O ministro do STF Ricardo Lewandowski, relator da ação, entendeu que a proposta contraria a legislação. Conforme a Secretaria da Fazenda, o US\$ 1 bilhão ajudaria o governo a reestruturar a dívida estadual. Como contrapartida, o Banco Mundial exige do governo ajustes fiscais e superávit primário. FOLHA DE SP

Ministro do STF defende cotas em julgamento contra Prouni

SILVANA DE FREITAS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto defendeu ontem o sistema de cotas para acesso a universidades no início do julgamento de duas ações contra o Prouni (Programa Universidades para Todos), mas um pedido de vista de outro ministro, Joaquim Barbosa, adiou a decisão do tribunal. Os ministros começaram a julgar duas ações de inconstitucionalidade, que foram propostas pela Confenem (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) e pelo DEM, que argumentam que o sistema de cotas fere o princípio constitucional da igualdade. Relator das ações, Britto disse que esse princípio está inserido na Constituição justamente para reduzir as desigualdades e o interpretou da seguinte maneira: "A verdadeira igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais." FOLHA DE SP

Sindicalistas comemoram com Lula sanção de lei das centrais e veto a controle do TCU

Publicada em 02/04/2008 às 23h19m

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu em uma solenidade nesta quarta-feira um grupo de mais de 50 sindicalistas para comemorar a sanção da lei que legaliza as centrais sindicais e o veto do petista ao artigo que obrigava essas entidades a prestar contas do uso do imposto sindical ao Tribunal de Contas da União (TCU). Entre os presentes estavam o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, presidente da Força Sindical. A festa que lotou o Salão Leste do Planalto começou a portas fechadas. A alegação foi de que seria um encontro privado e nem a Radiobrás registraria a confraternização. Depois de protesto dos jornalistas, a solenidade de sanção da lei que legaliza as centrais sindicais foi aberta à imprensa. (Você acha que os trabalhadores têm como fiscalizar os gastos dos sindicatos?)

Os dirigentes sindicais se revezaram no microfone para bajular o presidente e agradecer o veto à medida que abriria a caixa-preta do uso de cerca de R\$ 1,2 bilhão anuais - R\$ 100 milhões só para as centrais. Lula foi o último a falar. Disse que, desde a aprovação da lei, nunca teve dúvidas de que vetaria a fiscalização.

Lula alegou que isso poderia servir de pretexto para perseguição nos sindicatos. Contou que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo sofreu duas intervenções. Em uma delas, em 1980, disse que o então ministro do Trabalho, Murilo Macedo, foi de banco em banco onde o sindicato tinha contas procurando coisas erradas. Mas, no final, dava sua gestão como exemplo.

" Desde o momento em que acabou a votação na Câmara, eu não tive dúvida de que iria vetar a fiscalização do movimento sindical "

- Desde o momento em que acabou a votação na Câmara, eu não tive dúvida de que iria vetar a fiscalização do movimento sindical - disse Lula: - Eu já fico sabendo em cima de quem iria a fiscalização. Eu lembro uma vez em que você, Paulinho, divergiu de alguém e foi vítima de muitas acusações. Já imaginaram a cada eleição os sindicatos sendo alvo de fiscalização? O trabalhador deve ser capaz de fiscalizar seu sindicato, por isso eu vetei - disse Lula.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, era um dos mais exaltados ao defender a conquista do lobby sindical . Disse que aquela comemoração estava sendo possível porque Lula não esquecia suas origens de sindicalista.

- Incomoda a um segmento da sociedade, a uma elite que não se conforma com o nosso sucesso (...) Mas vão ter que nos aturar durante muito tempo - disse Lupi.

Antes dele falaram os representantes das cinco centrais sindicais já reconhecidas. Além de CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), outras seis centrais estão pedindo registro, já de olho no imposto sindical.

Sindicatos pedem apoio para criar novo imposto

O presidente da CUT, Arthur Henrique, pediu apoio de Lula para outro projeto que visa a unificar o imposto sindical com a contribuição assistencial, hoje opcional. Se aprovado o projeto, o trabalhador sofrerá uma nova facada no bolso. A taxa assistencial passaria também a ser obrigatória.

- Jamais aceitaríamos que um órgão do governo fiscalizasse o movimento sindical. E o presidente Lula teve a coragem de fazer o veto. Por isso tem 73% de aprovação, porque é um homem corajoso - agradeceu Paulinho.

Ao pedir apoio de Lula para outro lobby, o da redução da jornada de trabalho para 40 horas, e da regulamentação da convenção 158 da OIT - que proíbe a demissão imotivada nos setores público e privado -, o deputado afirmou que o Congresso só faz o que o governo manda.

- Sabemos que o Congresso só funciona quando o governo quer. E sabemos que, neste caso, o governo quer - discursou Paulinho, arrancando risos de cumplicidade na platéia e causando constrangimento a Lula.

O representante da UGT, Luís Salim, fez ironia sobre sua longa carreira no movimento sindical.

Disse que era um dos mais novinhos, pois só tinha 22 anos como sindicalista:

- Não estamos preocupados em abrir contas. Mas não queremos ser fiscalizados como a mídia quer, para que não sejamos independentes.

Lula defende desconto de dias parados em greve do setor público

Em meio à festa Lula adiantou que apoiará o novo lobby dos sindicalistas pela redução da jornada de trabalho, e pela ratificação das convenções 151 da OIT, que regulamenta as relações de trabalho no setor público, e 158, que veta a demissão imotivada. Mas aproveitou para dizer que as centrais terão que enfrentar a discussão do desconto de dias parados em greves de servidores.

- Acho que precisamos regulamentar o direito de greve no setor público, não é possível! Fazem greve de três meses, acho que não é por maldade. Mas eu aprendi que só posso ganhar sem trabalhar se tiver de férias ou doente. Se eu não for trabalhar por outra razão, eu não recebo o meu dia. Nós não podemos ter medo de enfrentar esse debate. É uma bobagem! A gente só está tardando uma solução para esse problema - disse Lula, lembrando que o desconto pelos dias parados já ocorre nas greves do setor privado.

Para especialista, veto é um retrocesso

O presidente Lula da Silva cria um mecanismo poderoso de sobrevivência política para além de 2010 ao fazer concessões ao movimento sindical, algumas na contramão do que defendeu durante três décadas, afirma o filósofo Roberto Romano, professor da Unicamp e estudioso do movimento sindical brasileiro. Um exemplo disso, diz ele, é o veto ao dispositivo legal que permitiria ao TCU fiscalizar os sindicatos.

- Lula tem uma popularidade inquestionável e ainda é muito jovem. Ele pode muito bem atravessar esses quatro anos (que separam o fim de seu mandato da eleição de 2014) com uma máquina de oposição afiada, formada pelos sindicatos, e voltar ao poder - disse o filósofo.

Para Romano, o veto é mais um passo de Lula no sentido de controlar o movimento sindical:

- O movimento sindical foi o motor da eleição e da reeleição de Lula. Ele precisa de um sustentáculo organizacional, e o PT não é confiável. Já os sindicatos são hierarquicamente organizados e disciplinados. Isso é essencial para os planos de sobrevivência política de Lula.

Para Romano, Lula delegou poder em excesso a sindicalistas, que se aproveitaram disso por interesses pessoais. Isso criou uma espécie de "neopeleguismo", semelhante ao "peleguismo" enfrentado pelo próprio Lula no fim da década de 70:

- No final do regime militar, alguns sindicalistas como o Joaquinão (Joaquim dos Santos Andrade, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP), se davam muito bem com a ditadura. O movimento do ABC surgiu como oposição a isso, mas aos poucos vemos um retorno da estrutura montada no final do governo Getúlio Vargas, cujos resultados foram desastrosos. O GLOBO

CCJ aprova instalação de salas de aula em cadeias

Publicada em 02/04/2008 às 23h32m

O Globo

BRASÍLIA - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta projeto de lei que determina a instalação de salas de aula nos presídios para oferta de cursos de ensino básico e profissionalizante aos detentos. A proposta foi aprovada por unanimidade vai agora direto para a Câmara.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), autor da proposta, diz que o direito de acesso à educação aplica-se igualmente a jovens e adultos presos, sendo, portanto, obrigação do Estado manter programas educativos nas penitenciárias. O projeto, que altera a Lei de Execução Penal, já fora aprovado pelos senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

- O projeto contribui para a humanização dos presídios e reduz o risco de reincidência dos egressos, que enfrentam dificuldade de reinserção na sociedade - defendeu o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Na reunião da CCJ, foi lido relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) favorável à indicação de Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Albuquerque Silva agora será sabatinado e seu nome será submetido à aprovação dos senadores. O GLOBO.

Mídia: Sindicato lança o programa do 33º Congresso Estadual de Jornalistas

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS lançou o programa oficial do 33º Congresso de Jornalistas, evento que vai se realizar em Santa Maria nos dias 13 e 14 de junho, preparatório ao Congresso Nacional, programado para agosto em São Paulo. As inscrições custam R\$ 25 para estudantes sindicalizados, R\$ 30 para estudantes não-sindicalizados, R\$ 40 para sócios em dia com a Tesouraria e R\$ 60 para público em geral. FELIPE VIEIRA =- JORNALISMO ON LINE

Lula veta controle a sindicatos

Lei das centrais é sancionada

Ao sancionar a lei que reconhece formalmente as centrais sindicais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou ontem o artigo que determinava a fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), das contribuições recebidas pelas categorias.

Para conseguir apoio de setores da oposição na Câmara à proposta de manutenção do imposto sindical obrigatório, há cerca de um mês, as centrais fizeram um acordo que previa a fiscalização. Segundo o procurador-chefe do Ministério Público junto ao TCU, Paulo Bugarin, em se tratando de contribuição obrigatória, imposta pela nova lei, a cobrança de um dia de salário do trabalhador se transforma em um tributo. E todo tributo deve ter sua aplicação fiscalizada. A justificativa de Lula para o veto, entretanto, é de que o Estado não pode interferir na organização e na autonomia sindical.

Mais benefícios a partir de hoje

Cem novos procedimentos, entre cirurgias e tratamentos, passam a integrar a lista de serviços oferecida pelas operadoras do setor, que não poderão repassar aumento no reajuste de maio. A partir de hoje, os planos de saúde estão obrigados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a cobrir os custos de cem novos procedimentos. Os serviços incluem cirurgias como videolaparoscopia e também consulta a especialistas fora da área médica: fonoaudiólogos, psicólogos e nutricionistas.

As regras valem para contratos assinados a partir de 1999. Mesmo com o aumento no número de serviços cobertos, o reajuste dos planos de saúde previsto para maio vai refletir apenas o acréscimo de custos de 2007, garantiu o diretor-presidente da ANS, Fausto Pereira dos Santos.

- O novo rol de procedimentos (que entra em vigor hoje) não será levado em consideração no reajuste deste ano - disse.

15 mil servidores terão direito a até R\$ 400 mensais

Em troca de cursos, bônus será oferecido durante um ano

Quinze mil servidores ligados à segurança pública gaúcha poderão receber um bônus mensal de até R\$ 400 nos salários.

O benefício será oferecido durante um ano aos servidores militares e civis que se inscreverem nos cursos de formação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça.

Os recursos serão pagos pelo governo federal, por intermédio de um convênio com o governo do Estado. A adesão do Rio Grande do Sul ao Pronasci será oficializada amanhã, durante visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Estado. Será o segundo Estado a ser contemplado com o projeto, depois do Rio de Janeiro.

O repasse funcionará a exemplo do Bolsa-família, beneficiando policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários, desde que tenham salário bruto de até R\$ 1,4 mil. Não será permitida a inscrição de servidores que tiverem cometido infrações administrativas ou penais nos últimos cinco anos.

Os candidatos precisam preencher ficha no site www.mj.gov.br/pronasci. Para ter acesso ao bônus, será necessário participar de um dos cursos do Ministério da Justiça, ter frequência comprovada e ser aprovado em pelo menos um dos treinamentos.

O ministério oferecerá 82 cursos, com 40 horas de duração, ministrados pela internet ou em universidades federais. As aulas abrangem temas como polícia comunitária, tráfico de seres humanos, violência doméstica e análise de criminalidade.

- A partir de abril, esses cursos já estarão disponíveis. E o pagamento será imediato - diz um servidor.

O valor do incentivo varia conforme o salário e a patente.

AGRICULTURA: QUASE CEM DEMISSÕES

A visita do governador em exercício, Paulo Feijó, à Secretaria da Agricultura permitiu conhecer o número exato das exonerações na Pasta: 95. Eram 205 CCs em janeiro de 2007 e hoje restam 110. A economia, segundo o secretário João Carlos Machado, foi de 46,5% nesse item, acima, portanto, dos 30% estipulados como meta pela governadora Yeda Crusius. No custeio, a redução de gastos ficou em 17,45%, abaixo da meta de 20%. Foram R\$ 126,5 milhões em 2006 e R\$ 104,4 milhões em 2007. Explicação do secretário: o antigo convênio da Emater-RS, pelo qual a Agricultura pagava todos os serviços prestados ao Estado, vigorou até o segundo semestre, quando foi reduzido. Excluindo a empresa, o índice do corte de gastos alcança 27%. Para este ano, a previsão é de um novo corte de 18,14% ou R\$ 18 milhões no custeio. Ao comentar que espera ter função mais operativa no governo a partir de agora, Feijó revelou a intenção de conhecer as coligadas da Agricultura. O que pode ser um perigo para Cesa e Ceasa, já que ele não é muito simpático a empresas públicas.

Lula visita o Estado amanhã

Presidente deve confirmar obras na BR 392 e anunciar investimentos do PAC

O presidente Lula estará no Estado amanhã visitando a cidade de Rio Grande e Porto Alegre. A expectativa é pela confirmação das obras na BR 392, entre Rio Grande e Pelotas, e pelo anúncio de investimentos no setor naval. Lula deverá visitar o Dique Seco, no Porto de Rio Grande, além de vistoriar as obras da plataforma P-53. O presidente participará da inauguração do Centro Integrado de Desenvolvimento do Ecossistema Costeiro e Oceânico da Fundação Universidade Federal de Rio Grande (Furg). Lideranças locais aguardam a visita desde o mês passado, quando a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, esteve em Porto Alegre e confirmou que as obras na BR 392 são prioritárias, caso não representem aumento nas tarifas do pedágio. A duplicação foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na Furg, além da inauguração do centro integrado, Lula também vai assinar convênio entre a universidade e a Secretaria da Pesca, para projeto na área da Oceanografia, e lançar o programa Territórios da Cidadania. Na comitiva presidencial, deverão estar presentes os ministros da

Educação, Fernando Haddad; da Pesca, Dirceu Lopes; dos Portos, Pedro Brito; das Cidades, Márcio Fortes; do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; de Minas e Energia, Edison Lobão; e da Justiça, Tarso Genro; além da ministra-chefe da Casa Civil.

Em Porto Alegre, também há grande expectativa entre os moradores do bairro Sarandí, na zona Norte da Capital. A pequena praça Oliveira Rolim, situada na periferia da cidade, foi escolhida para ser palco do anúncio do início das obras de saneamento e habitação no bairro, previstas no PAC.

Uma das prioridades do investimento será a vila Asa Branca.

Na sequência da visita oficial, a partir das 16h, está prevista a assinatura de convênio com o Rio Grande do Sul para o bolsa-formação de policiais e a doação de telecentros aos municípios gaúchos.

Aposentadoria na pauta do STF

O julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) 3772, que trata da lei 11.301 sobre a aposentadoria para outros cargos e funções no Magistério, está marcado para hoje na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF). A confirmação consta no site www.stf.gov.br/portal/processo e também foi reforçada pela ministra Ellen Gracie, após o contato feito com o deputado federal Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), que acompanha a tramitação desde a sanção da lei, em 2006. Em audiências com o relator, ministro Carlos Britto, Mendes expôs a necessidade de regime de urgência, embasado em liminares favoráveis expedidas pelas comarcas gaúchas e de outros Estados. 'A decisão do STF é importante para referendar os direitos legítimos dos técnicos em Educação', afirma.

A lei, aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente Lula, foi contestada pela Procuradoria Geral da República e aguarda decisão no STF há mais de um ano. A expectativa dos professores e do deputado, após decisões pontuais e favoráveis ao Magistério, em alguns tribunais, é que a lei possui eficácia. A lei também tem mérito e aplicação pelo INSS, que a reconhece através da instrução normativa 15/2007, que já concedeu aposentadoria a outros cargos do Ensino privado.

Sinepe avalia contraproposta

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado no Estado (Sinpro) fez ontem uma contraproposta ao sindicato patronal (Sinepe), defendendo a manutenção de direitos, na 4ª rodada de negociação. Não há polêmica na proposta de reajuste de 5,43%, pois a reivindicação é 6%. Devido à falta de acordo em outros pontos, a negociação prosseguirá dia 8/4. Segundo o presidente do Sinepe, Osvino Toillier, 'não houve convergência de entendimento.' Entre as divergências estão as reduções do desconto para dependentes na anuidade escolar e do adicional por mestrado e doutorado; e a extinção do percentual por aprimoramento acadêmico dos docentes das séries iniciais.

Fiscais da Receita mantêm a greve

Em Porto Alegre, manifestantes que estão parados há 15 dias promovem ato em frente à Superintendência

Em greve há duas semanas, os auditores fiscais da Receita Federal promoveram ato ontem em frente ao prédio da Superintendência Regional, na avenida Loureiro da Silva, em Porto Alegre. Desde o começo da paralisação, que acontece em âmbito nacional, os prejuízos maiores estão concentrados nas áreas aduaneiras, com a retenção de caminhões. Sem avanços nas negociações com o governo federal, a greve segue por tempo indeterminado.

Para cumprir a legislação, um mínimo de 30% do quadro mantém o atendimento no Rio Grande do Sul, afirmam as entidades representativas da categoria. 'Passados oito meses de negociação, não houve proposta concreta do governo. O que tem surgido representa retrocesso em relação às apresentadas anteriormente', disse o vice-presidente do Unafisco/Delegacia Sindical de Porto Alegre, Fernando Magalhães.

Eles reivindicam plano de carreira igual ao que foi concedido aos policiais federais e aos advogados da União e querem ganhar R\$ 19,7 mil por mês. Atualmente, o salário inicial de um auditor é de R\$

10 mil e o salário médio da categoria é de R\$ 13 mil. Magalhães avaliou que o fim da greve depende exclusivamente de uma proposta concreta do governo federal, que deverá ser apresentada ainda hoje. As autoridades econômicas, porém, vêm evitando conceder equiparação salarial a categorias distintas de servidores para evitar o chamado 'efeito cascata'.

Para amanhã, a categoria planeja promover o 'dia nacional de entrega', quando os auditores grevistas pretendem repassar a responsabilidade sobre os processos à administração da Receita. 'A administração terá que redistribuir as tarefas aos que continuam trabalhando ou colocar os processos na espera', disse Magalhães.

Depois da manifestação, os auditores fiscais da Receita se uniram aos auditores fiscais do Trabalho, que retomaram a greve na semana passada. O grupo realizou novo ato em frente à sede da Delegacia Regional do Trabalho, na avenida Mauá. 'Não temos estrutura para atender a população', disse a vice-presidente da Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais do Trabalho (Agitra), Geraldina Inez de Matos. Em algumas unidades do Interior, onde há apenas um auditor do Trabalho, a fiscalização não foi interrompida.

Indústria cresce 9,2% no bimestre

IBGE revela que é a mais forte expansão para o período desde 2000. Produção mantém ritmo forte Rio — A queda de 0,5% na produção industrial em fevereiro ante janeiro não impediu o setor de ostentar o melhor primeiro bimestre em oito anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria acumula, nos dois primeiros meses, alta de 9,2%. É o mais forte crescimento apurado para o período desde 2000. Houve expressiva expansão também em fevereiro ante igual mês do ano passado (9,7%).

A avaliação geral de economistas e também do coordenador da Indústria do IBGE, Silvio Sales, é de que o resultado mostra a indústria em fase de acomodação em patamar elevado. Sales destacou a influência determinante do mercado interno e dos investimentos sobre os resultados do setor em fevereiro, assim como ocorreu no ano passado. O recuo ante janeiro não reverte a tendência de crescimento do setor, mas significa uma estabilização, segundo analisou o coordenador. 'A indústria conquistou, a partir de outubro, um patamar muito elevado de produção e vem se mantendo em torno desse nível', acrescentou.

Marcela Prada, da Tendências Consultoria, igualmente avaliou que a queda de fevereiro ocorreu após forte alta no mês anterior (1,7% ante janeiro) e a produção se mantém em ritmo acelerado. Para Julio Sergio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), os resultados de fevereiro mostram o setor em momento 'excelente', acomodado 'em seu nível mais alto', alcançado no último trimestre do ano passado. Almeida só faz a ressalva de que os dados do primeiro bimestre deste ano não mostram aceleração forte do crescimento do setor, como podem dar a entender por causa da magnitude do aumento. Sublinhou que a base de comparação do ano passado é fraca, já que a expansão em janeiro e fevereiro de 2007 espelhava um momento inicial de recuperação do setor. A reduzida base de comparação do primeiro semestre de 2007, segundo Almeida, garante 'crescimento fácil' para a indústria nos primeiros seis meses deste ano.

Movimento defende empregos perante leis secas

Representantes de bares e restaurantes da Capital divulgaram ontem, na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, o Movimento Nacional em Defesa dos Bares e Restaurantes. A campanha 'Responsabilidade Sim, Enganar o Povo Não' tem o objetivo de garantir a manutenção dos empregos nesses estabelecimentos, atingidos diretamente por leis como a que proíbe a venda de bebidas em locais próximos a rodovias e escolas e as que impõem horários para silêncio ou retirada de mesas nas ruas.

O movimento é promovido pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares (FNHBRS), Associação Brasileira da Indústria

de Hotéis (ABIH) e Confederação Brasileira dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. De acordo com essas entidades, as medidas aprovadas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, colocam em risco o emprego de mais de 6 milhões de pessoas.

O presidente da Abrasel no RS, Pedro Hoffmann, acredita que as inúmeras leis que pretendem coibir o consumo de bebidas alcoólicas não atingem seu objetivo. 'Elas proíbem o consumo nos lugares, mas as pessoas acabam levando bebidas dentro de seus carros, o que pode causar um prejuízo maior', afirmou. Ele ressaltou que o consumo de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes é uma questão cultural e significa uma parcela importante no faturamento do setor.

Na Câmara Municipal, o presidente Sebastião Melo afirmou que é preciso investir em conscientização. 'Existem inúmeras proibições e restrições legais, mas é preciso mais atitude', observou.

Já o presidente da Assembléia Legislativa, Alceu Moreira, considerou que algumas leis punem os empresários e não previnem o problema. 'Apóio a entidade na iniciativa, especialmente com relação aos empregos perdidos', afirmou ele.

Simpa cobra promessa de 2007

O Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa) está lançando a campanha salarial da categoria para 2008. As principais reivindicações foram definidas em assembléia geral no dia 26, incluindo a recuperação de perdas salariais e a implantação do Instituto de Assistência Médica do Município de Porto Alegre. Segundo a presidente do Simpa, Carmen Padilha, muitos pleitos integram o acordo com a prefeitura em 2007, após 21 dias de greve, mas que não foram cumpridos. Em visita ontem ao Correio do Povo com o vice-presidente da entidade, Mário Silva, Carmen citou que as perdas salariais chegam a 16%. 'Há servidores com um básico menor que o salário mínimo.' Nova assembléia ocorrerá no dia 24.

Debate sobre Bolsa Família esquece excluídos

Sergio Leo
02/04/2008

A imprensa brasileira acompanha o Bolsa Família com atenção raramente vista em casos semelhantes no mundo, e, aparentemente, mostra mais preocupação com a possível inclusão indevida de pessoas no programa do que noticia a existência de pobres excluídos que deveriam ser beneficiados. Essa é uma das conclusões de pesquisadores do Banco Mundial, que apresentaram ontem ao governo um estudo inédito sobre o debate em relação ao Bolsa Família na imprensa escrita do Brasil.

Após avaliar positivamente, e sugerir a outros países que imitem a experiência brasileira com o Bolsa Família, pesquisadores do Banco Mundial decidiram levar aos outros países também o debate provocado pelo Bolsa Família na imprensa, como forma de mostrar as possíveis reações a esse tipo de programa na sociedade. "O Bolsa Família é como jabuticaba, uma criação original do Brasil, que deu certo", graceja a pesquisadora Kathy Linders, do Departamento de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, uma das responsáveis pelo estudo.

Foram escolhidos seis jornais, três deles de circulação nacional, e acompanhados desde 2001, quando começaram, no governo Fernando Henrique Cardoso, programas de transferência de renda condicionada aos mais pobres, como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação, reunidos pelo atual governo no Bolsa Família.

O debate na imprensa, desde 2001, foi pautado por avaliações favoráveis às transferências, e críticas - que aumentaram sensivelmente após 2003 - a problemas de implementação. O número de artigos sobre a Bolsa Família, entre 2003 e 2006, foi quase o dobro do total de artigos sobre o Bolsa Escola, no governo FHC. Nos dois governos, porém, os anos eleitorais sempre são acompanhados por cobertura mais intensa, com mais críticas aos programas.

Uma das constatações curiosas do estudo diz respeito à preocupação com a "porta de saída" do programa. Nos EUA, por exemplo, o debate público é marcado com a preocupação em fixar um prazo limite para permanência dos beneficiados no sistema, continue ou não a situação de miséria que os tornaram elegíveis à ajuda do governo. No Brasil, os jornais enfatizam a preocupação de que o programa dê condições aos beneficiados para sair da situação de pobreza, ou ferramentas para permitir que os beneficiados obtenham emprego. Há também muito menos artigos sobre populações não alcançadas pelos programas do que descoberta de pessoas beneficiadas irregularmente.

Os pesquisadores constataram que, entre os "temas quentes" da imprensa, os relatos sobre fraudes e controles, que ocupavam 10% das reportagens durante o governo FHC, passaram a constar de 50% dos artigos publicados, em 2004. Nos anos seguintes, com as providências de controle e cadastro tomadas pelo governo, o tema perdeu importância, até ocupar menos de 20% dos artigos em 2006. Os técnicos do Banco Mundial comentam que a imprensa nem sempre diferencia entre problemas causados por fraudes e irregularidades burocráticas, de desconhecimento de regras ou erros em formulários, o que, na avaliação dos especialistas, dá aos leitores uma impressão equivocada sobre a natureza dos "desafios" de programas como o Bolsa Família.

"Nem toda irregularidade é fraude", lembra Kathy . Em reunião com autoridades do Ministério do Desenvolvimento Social e da Presidência da República, ontem, os técnicos do banco sugeriram campanhas e cursos para que os jornalistas adotem os termos técnicos no tratamento noticioso das irregularidades dos programas.

Os técnicos do banco constataram que, em um terço das notícias sobre irregularidades, a fonte era o governo, por suas agências de controle ou ministérios. Em mais de um quarto, foi a imprensa quem investigou e encontrou problemas.

'Abrir um sindicato no Brasil é um grande negócio', constata cientista político

Para o cientista político Leôncio Martins Rodrigues, a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar o artigo que obrigava entidades sindicais a prestarem contas ao TCU, é mais um capítulo da "farra do poder" das centrais sindicais que o País atravessa. Professor aposentado da USP e da Unicamp e estudioso do movimento sindical brasileiro, Leôncio diz não vislumbrar nenhuma possibilidade da mudança substancial na estrutura sindicalista neste governo.

"Não surpreende. Me parece a continuidade da farra do poder que as centrais sindicais desfrutam no Brasil, sem obrigações, sem pressões. Elas possuem um poder impressionante, obtido por meio de favorecimentos legais, acordos de cúpula. Essa história de prestar contas ao ministério é uma volta ao passado, quando ele legalizava e controlava os sindicatos. Mas isso não começou agora. Antes do escândalo do mensalão estava em curso uma proposta de reforma sindical, patrocinada pelo José Dirceu, da Casa Civil, que iria beneficiar principalmente as centrais. Não sei por onde anda agora", afirma Leôncio Martins Rodrigues em entrevista concedida a Roldão Arruda e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 02-04-2008.

E o cientista político pergunta: "Alguém viu alguma marcha de trabalhadores a Brasília para pedir a manutenção do imposto sindical? Alguém protestou frente ao Ministério do Trabalho? Houve alguma greve?".

E responde:

"Não ocorreu nada disso. Tudo acontece por razões políticas contingenciais. São ações da cúpula, golpes legais, uma retribuição do ex-sindicalista aos sindicatos. É interessante observar que isso ocorre num momento em que os sindicatos não têm nenhum poder de pressão, um momento de ausência de política de massas".

Segundo ele, "no Brasil, : ele funciona como uma empresa que nunca corre o risco de ir à falência, graças às contribuições obrigatórias que todo ano entram em seu caixa".

Abaixo-assinado pede aprovação da "PEC do Trabalho Escravo"

Milhares de pessoas já assinaram o documento que defende a aprovação da emenda constitucional que prevê a expropriação de área onde houver escravidão. Matéria está parada na Câmara desde agosto de 2004

Por Repórter Brasil

Mais de 1,8 mil pessoas já assinaram o abaixo-assinado eletrônico e outras milhares firmaram o documento em papel pedindo a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que determina o confisco da terra onde for constatada a exploração de trabalho escravo.

A iniciativa partiu do "Movimento Nacional pela Aprovação da PEC 438 e pela Erradicação do Trabalho Escravo", que realizou ato público no Congresso Nacional com presença de autoridades do Poder Executivo, representantes de instituições públicas, parlamentares e integrantes de organizações da sociedade civil no dia 12 de março.

A proposta está estagnada desde agosto de 2004. Foi aprovada em primeiro turno no Plenário da Câmara dos Deputados e aguarda apreciação em segundo turno. A emenda já passou pelo Senado e, se aprovada, deverá ser remetida novamente aos senadores por causa de mudanças efetuadas na Câmara. O presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT-SP), declarou que está disposto a colocar a matéria em pauta, mas recomendou a intensificação de mobilizações em torno do tema.

Outros 11 projetos relacionados ao combate à escravidão continuam estagnados no Parlamento, como ocorre com a "PEC do Trabalho Escravo".

"A Constituição do Brasil afirma que toda propriedade rural deve cumprir função social. Portanto, não pode ser utilizada como instrumento de opressão ou submissão de qualquer pessoa. Porém, o que se vê pelo país, principalmente nas regiões de fronteira agrícola, são casos de fazendeiros que, em suas terras, reduzem trabalhadores à condição de escravos - crime previsto no artigo 149 do Código Penal. Desde 1995, mais de 28 mil pessoas foram libertadas dessas condições pelo governo federal", justifica o texto do abaixo-assinado.

De acordo com Xavier Plassat, que coordena a Campanha Contra o Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o abaixo-assinado está sendo distribuído Brasil afora por organizações de base e certamente será referendado pelo conjunto dos trabalhadores rurais. "Está claro que quem comete o crime de escravidão precisa ser punido. E nada mais justo que as terras sejam destinadas à reforma agrária", analisa.

Integram o movimento: a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Senado Federal, Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, Degradante e Trabalho Infantil na Câmara dos Deputados, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, OIT, CPT, Fórum Nacional da Reforma Agrária, MST, Via Campesina, Contag, Fetraf, Coetrae-MA, Coetrae-TO, CDVDH, CRS, Sinait, Anamatra, ANPT, ANPR, AMB, Ajufe, OAB, Abra, Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, Movimento Humanos Direitos, Repórter Brasil, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, entre outros.

O texto do documento salienta que a PEC 438/2001 é um instrumento relevante para a abolição da escravidão contemporânea. "Neste ano em que a Lei Áurea faz 120 anos, os senhores congressistas podem tornar-se parte da história, garantindo dignidade ao trabalhador brasileiro".